



CIDADANIA E BEM-ESTAR: UMA EXPERIÊNCIA NO PROJETO RONDON DA UNESP EM JORDÃO-AC.⁴

Cleusa Medina Custódio Alves^{*}
Antonio Carlos Dias Angelo^{**}

RESUMO

Introdução: Projeto Rondon é um projeto de integração social coordenado pelo Ministério da Defesa que conta com a colaboração de diversos ministérios e o apoio das Forças Armadas. O projeto envolve atividades voluntárias de universitários e busca aproximá-los da realidade do País, além de contribuir, para o desenvolvimento de comunidades assistidas. A Universidade Estadual Paulista, por meio da Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX) tem participado ativamente, com o envio de propostas de trabalho, apresentada por docentes dos diversos Campus e tem procurado atender o Conjunto de ações A e B, a saber: A: cidadania e bem-estar; B: desenvolvimento local sustentável e gestão pública. **Objetivos:** Constatar, analisar, avaliar, desenvolver e executar ações que atendam às reais necessidades das localidades brasileiras inseridas na Operação Amazônia 2006 visando, também, a contribuir, integrar, consolidar e estimular o jovem universitário brasileiro, da responsabilidade social e coletiva em prol da cidadania, do desenvolvimento da defesa dos interesses nacionais em parcerias com as comunidades assistidas. **Metodologia:** Para a realização deste projeto, utilizamos uso articulado e integrado das abordagens quantitativas, qualitativas e pesquisa de levantamento. **Resultados:** Foram desenvolvidas ações (palestras, oficinas, cursos, mini-cursos e aulas práticas) nas seguintes áreas: Educação, Meio Ambiente, Saúde e Odontologia. Estas ações abrangeram um total de 926 pessoas da comunidade de Jordão - AC e desse total foram capacitados como multiplicadores um total aproximado de 55 pessoas. **Conclusão:** As ações realizadas na cidade de Jordão no Estado de Acre, no ano de 2006, propiciaram, aos nossos alunos oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos na Universidade e, como conseqüência, levaram desenvolvimento para as comunidades carentes. No caso específico, das ações do Conjunto A, referentes à cidadania e bem estar, lograram em êxito, haja vista a importância e relevância dos assuntos abordados, a participação da comunidade local e o número expressivo de multiplicadores que se capacitaram durante nossa intervenção.

Palavras-chave: Projeto Rondon. Cidadania. Bem-estar.

⁴ Correspondência para/ Correspondence to:

Cleusa Medina Custódio Alves

Av. Luiz Edmundo Carrijo Coube 14-01, CEP 17033-360, Bauru-SP

e-mail: mcmolina@fc.unesp.br

^{*} Docente do Departamento de Educação Física da Faculdade de Ciências -Unesp-Bauru. Area: Educação Física Escolar, Ginástica Artística, Trampolim Acrobatico e Direito Desportivo.

^{**} Professor Adjunto da UNESP, tem experiência na área de eletroquímica, e Engenharia dos Metálicos e Metalúrgica, com ênfase em Cinética Eletrodica, e Estrutura dos Metais e Ligas. Atuando principalmente nos seguintes temas:novos materiais, célula a combustível, energia, fases intermetálicas ordenadas e mecanismos de reações eletroquímicas.



CITIZENSHIP AND WELFARE: AN EXPERIENCE IN RONDON PROJECT OF UNESP IN JORDÃO-AC

ABSTRACT

Rondon Project is a project of social integration coordinated by The Defense Ministry with the collaboration of several ministries and the Army support. The project involves voluntary activities from university students and it tries to get these students close to the country reality, and also to contribute for the development of the helped communities. São Paulo State University, through the Extension Pro Rectory (PROEX), has been participating actively, sending work proposes, presented by teachers from several campus and has been trying to attend the Set of actions A and B (A: citizenship and welfare, B: sustainable local development and public administration). The objectiveis to evidence, analyze, evaluate, develop and execute actions that attend the real necessities of the inserted Brazilian localities in Amazônia Operation 2006. It also aims at contributing, integrating, consolidating and stimulating the young Brazilian university student, towards social and collective responsibility, in favor of the citizenship, of the development of the defense of the national interests in partnerships with the attended communities. In order to accomplish this, we used articulated and integrated quantitative and qualitative approaches and survey research.. As a result, actions (lectures, workshops, courses, mini-courses and practical lessons) had been developed in the following areas: Education; Environment: Health and Odontology. These actions had enclosed a total of 926 people of the community of Jordão-AC and 55 people out of the total were multipliers.. Thus, the actions carried out in the city of Jordão in the State of Acre, in 2006, gave our students the chance to practisel the knowledge acquired in the University and hence took development to the devoid communities. The actions of Set A, regarding citizenship and welfare developed in Jordão-AC succeeded, becuase of the importance and relevance of the subjects, the participation of the local community and the expressive number of multipliers that it trined during our intervention.

Key Words: Rondon project. Citizenship. Welfare.

CIUDADANÍA Y BIENESTAR; UNA EXPERIENCIA DENTRO DEL PROYECTO RONDON DE LA UNESP EN JORDÃO- AC

RESUMEN

Introducción: El proyecto RONDON es un proyecto de integración social coordinado por el Ministerio De Defensa que cuenta con la colaboración de las Fuerzas Armadas. El proyecto involucra actividades voluntarias de los universitarios y con eso pretende aproximarlos de la realidad del país, además de contribuir con el desarrollo de las comunidades asistidas. La UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, por medio de la PRO-REITORIA de EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (PROEX), ha tenido una participación activa, ha enviado propuestas de trabajo presentadas por docentes de los diferentes Campus. Se ha intentado alcanzar el Conjunto de las acciones A y B, siendo: A:

ciudadanía y bienestar; B: desarrollo local sustentable y gestión pública. Objetivos: Constatar, analizar, evaluar, desarrollar y ejecutar acciones que atiendan las necesidades reales de las localidades brasileñas insertadas en la OPERACIÓN AMAZÓNICA 2006, visando también la contribución, integración y consolidación del joven universitario brasileño con la responsabilidad social y colectiva en pro de la ciudadanía, del desarrollo y de la defensa de los intereses nacionales en conjunto con las comunidades asistidas. Metodología: Utilizamos articuladamente abordajes tanto cualitativos como cuantitativos y pesquisas de levantamiento. Resultados: fueron desarrolladas acciones: (palestras, talleres, cursos, mini-cursos y clases prácticas) en las siguientes áreas: Educación, Medio Ambiente, Salud, Odontología. Esas acciones incluyeron 926 personas de la comunidad de Jordão-AC y de ese total fueron capacitados como multiplicadores aproximadamente 55 personas. Conclusión: las acciones realizadas en Jordão en el estado de ACRE, en el año 2006, dio la oportunidad a nuestros alumnos de poner en práctica sus conocimientos adquiridos en la Universidad y consecuentemente llevaron desarrollo a las comunidades carentes. En el caso específico de las acciones del conjunto A, referentes a ciudadanía y bienestar, lograron éxito debido a la importancia de los temas tratados, a la participación de la comunidad local y al número expresivo de multiplicadores que fueron capacitados durante la intervención.

Palabras Claves: Proyecto Rondon. Ciudadanía. Bienestar



INTRODUÇÃO

Projeto Rondon é um projeto de integração social coordenado pelo Ministério da Defesa e conta com a colaboração da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC). O Projeto envolve atividades voluntárias de universitários e busca aproximar esses estudantes da realidade do País, além de contribuir para o desenvolvimento de comunidades carentes. Empenha-se em desenvolver a capacitação de organizações da sociedade civil na defesa dos direitos de cidadania e em capacitar educadores do ensino fundamental para a prática de leitura. A produção de textos, o atendimento aos indivíduos com necessidades educativas especiais e a organização de implantação de atividades comunitárias solidárias também são destaques no Projeto. Os voluntários preocupam-se, ainda, em orientar o desenvolvimento da agricultura familiar, bem como, colaborar na elaboração de projetos que atendam à infra-estrutura municipal, em particular nas áreas de saneamento básico e de meio ambiente.

Desde sua criação, em 11 de julho de 1967, o Projeto realizou várias atividades de cidadania, bem-estar, desenvolvimento local, sustentável e gestão pública. Com isso, houve o aumento da área de atuação e muitas comunidades foram beneficiadas com os serviços sociais. Amazonas, São Paulo e Paraná estão entre os Estados beneficiados.

Atualmente, o Projeto Rondon encontra-se em nova fase originada de uma proposta encaminhada pela União Nacional dos Estudantes ao Exmo. Sr. Presidente da República, em novembro de 2003, sugerindo sua reativação. Para viabilizar a proposta apresentada foi criado, em março de 2004, um Grupo de Trabalho Interministerial, que estabeleceu as suas diretrizes, objetivos e definiu a sistemática de trabalho a ser adotada na execução do Projeto.

Relançado em 19 de janeiro de 2005, em Tabatinga (AM), o Projeto Rondon, hoje, é realizado em estreita parceria com o Ministério da Educação, com a colaboração dos demais Ministérios e tem o imprescindível apoio das Forças Armadas, que proporcionam o suporte logístico e a segurança necessários às operações. Conta, ainda, com a colaboração dos Governos Estaduais, das Prefeituras Municipais, da Associação Nacional dos Rondonistas, da União Nacional dos Estudantes, de Organizações Não-Governamentais, de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e de Organizações da Sociedade Civil.

As ações do projeto são orientadas pelo Comitê de Orientação e Supervisão (COS), criado pelo Decreto Presidencial S/Nº de 14 de janeiro de 2005. O COS, como é conhecido, é constituído por representantes dos Ministérios da Defesa, que o preside, do Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Esporte, Integração Nacional, Meio Ambiente, Saúde e da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O Projeto inspira-se nos princípios consagrados por Marechal Rondon. Caracteriza-se por ser o esforço concentrado do Governo e das Instituições de Ensino Superior, pela aliança entre os estudantes universitários e a comunidade, na busca de soluções que contribuam com o desenvolvimento sustentável e ampliem o bem-estar comunitário e, apresenta como *missão* a proposta de viabilizar a participação de estudantes universitários e professores no processo de transformação.

Nesse sentido, a Universidade Estadual Paulista, por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX) tem participado ativamente, com o envio de propostas de trabalho, apresentadas por docentes dos diversos campus, para serem apreciadas pela Comissão de Avaliação de Propostas do Projeto Rondon (CAPPR). As propostas



apresentadas pela UNESP-PROEX, nas diversas operações propostas pelos seus organizadores, tem procurado atender o Conjunto de ações A e B.

Neste artigo, passa-se a demonstrar o desenvolvimento das ações do Conjunto A, desenvolvidas na cidade de Jordão-AC, com a participação de quatro docentes e doze alunos dos diversos cursos e campus da Unesp, no mês de julho de 2006.

Para elaborar o Plano de Trabalho de acordo com o Conjunto A, algumas considerações teóricas a respeito do assunto foram analisadas. Passamos a apresentá-las.

A autonomia, que a Constituição de 1988 outorga ao Município, contém uma qualificação especial que lhe dá um conteúdo político de extrema importância para a definição de seu status na organização do Estado Brasileiro, inteiramente desconhecido no regime anterior.

Em consonância com essa autonomia, o constituinte relevou a importância à cultura, tomado esse termo em sentido abrangente, da formação educacional do povo, expressão criadora da pessoa e das projeções do espírito humano materializadas em suportes expressivos, portadores de referências à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, formando a ordem constitucional da cultura ou constituição cultural, formada pelo conjunto de normas que contêm referências culturais e disposições consubstanciadoras dos direitos sociais relativos à educação e à cultura.

Assim, o artigo 205, da Constituição Federal prescreve:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998)

Ao analisar o dispositivo supracitado, observa-se a inclusão de uma declaração fundamental que, combinada com o artigo 6º, do mesmo diploma, eleva a educação ao nível dos direitos fundamentais do homem.

Verifica-se, portanto, que a consecução prática dos objetivos da educação, preconizada nos citados enunciados constitucionais, só se realizará num sistema educacional democrático, em que a organização da educação formal (via escola) concretize o direito ao ensino, informados por princípios a eles coerentes e acolhidos pela Constituição, dentre eles, o princípio da igualdade, da liberdade, pluralismo de idéias e de concepção pedagógica, gratuidade e valorização dos profissionais do ensino e gestão democrática.

Neste contexto, a preferência constitucional pelo ensino público importa que o Poder Público organize os sistemas de ensino de modo a cumprir o respectivo dever com a educação.

No que se refere à organização dos sistemas de ensino, encontramos no Brasil, hoje, um grande número de leis e normas provenientes das esferas Federal, Estadual e Municipal, que normatizam as diretrizes curriculares, financiamentos e fontes de recursos. Encontra-se presente, sob várias formas e denominações, nas esferas normativas, a figura dos Conselhos. Estes, normalmente, são órgãos colegiados com atribuições variadas em aspectos normativos, consultivos e deliberativos. Suas competências advêm dos atos legais que os criaram (FERREIRA; AGUIAR, 2001, p. 44).

Vale ressaltar que os Conselhos Municipais, Estaduais e o Conselho Nacional de Educação são órgãos colegiados, de caráter normativo, deliberativo e consultivo que interpretam e resolvem, segundo suas competências e atribuições, a aplicação da

legislação educacional. Todos possuem o propósito de garantir o acesso e a permanência de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos em escolas de qualidade.

Encontra-se, no texto constitucional (artigo 206, inciso VI) que o ensino será ministrado com base no princípio de gestão democrática do ensino público, na forma da Lei.

Cabe, aos Conselhos de Educação, dentro de suas atribuições, a busca incessante do diálogo entre Estado e todos os setores implicados, interessados e compromissados com a qualidade da educação escolar em nosso país. A eles incumbe trilhar a via de mão dupla que vai do Estado à Sociedade e desta para aquele. Aos conselhos escolares, cabe, aprofundar a busca da qualidade dos estabelecimentos e palmear o caminho que vai da comunidade à escola e vice-versa.

A gestão do Sistema Municipal de Ensino e das escolas é, essencialmente, administrar, em níveis diferentes, a elaboração e o acompanhamento do projeto de qualidade da educação que se deseja – a Proposta Educacional, fundamentada num paradigma de homem e sociedade. Essa proposta, presente tanto no Plano Municipal de Educação, como no Projeto Político-Pedagógico da escola, define a cidadania que se quer, estabelece a finalidade do sistema e caracteriza a especificidade da organização escolar. Essa especificidade precisa ser identificada a partir da leitura das demandas da sociedade e dos espaços abertos na nova legislação ([FERREIRA; AGUIAR, 2001](#), p. 158).

Esse processo articulador consiste no planejamento das etapas de elaboração, acompanhamento e avaliação, que se complementam e que são interligadas, realimentando todo o processo. Note-se, que a avaliação, revela o paradigma de educação, os objetivos reais, a coerência entre o discurso e a prática, entre as demandas da sociedade e a ação educacional. Revela, fundamentalmente, a eficácia, a congruência e a efetividade da Proposta Educacional que está contida nos planos e projetos específicos.

Partindo-se do princípio de que a Educação é um direito constitucionalmente garantido, que o Estado, implicitamente, oficializou a escola como instituição principal do processo educacional e que a organização dos sistemas municipais de educação está exigindo que os governos municipais estabeleçam uma política educacional clara, que atenda aos interesses de sua comunidade, articulando-os com os interesses nacionais, procuramos nessa atividade de extensão universitária constatar, analisar, avaliar, desenvolver e executar ações que atendam as reais condições das localidades brasileiras inseridas na Operação Amazônia 2006, especificamente na cidade de Jordão, localizada no Estado do Acre.

Vale ressaltar que, “a gestão democrática da educação necessita ser o principal instrumento para transformar o processo educativo em uma prática social voltada para a construção da cidadania” (BORDIGNON; GRACINDO, 2001, p. 165).

Salienta-se, que o constituinte ordinário, embora tenha assegurado o direito à Educação, a todos indistintamente, no art. 205 da Constituição Federal, sabiamente inseriu no art. 208 da Carta Magna, o direito à educação especial. No entanto, não se restringiu à mera educação por meio do atendimento especializado. Restou claramente evidenciada a adoção da política inclusiva.

Quanto à educação especial, é assegurado aos alunos com necessidades especiais, conforme dispõe o artigo 208, inciso III, da Constituição Federal, atendimento especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, sendo esse dispositivo, o fundamento constitucional do princípio da inclusão adotado pelo Brasil.

Para [Saviani \(1991, p. 22-23\)](#),

[...] a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado [...] existe pois para propiciar o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber.

Para compreender e analisar o processo educacional, não basta somente conhecer e descrever a proposta educacional, mas também, necessário recorrer a pressupostos teóricos que possibilitem a sua análise, pois se acredita que somente com a adoção do referencial teórico torna-se possível investigar, discutir e analisar, de modo integrado, a prática educativa.

A relação entre Educação, Educação Física e Esportes se evidencia, em diversas fases da história da humanidade, pela preocupação de vários pensadores e educadores em valorizar a Educação Física no contexto geral da educação. Há que ser entendida como uma prática educacional inserida num projeto pedagógico global, conjugada à formação intelectual, social, moral, cívica e religiosa dos educandos, visando a cultivar e não a cultivar as energias físicas, contribuindo para a formação da criança, do pré-adolescente, variando em conteúdo e métodos segundo as fases de desenvolvimento.

Considerando-se o Desporto como fato histórico, cultural, político, social e econômico, entendemos o seu destaque em textos constitucionais e legais, sobretudo pela pujante universalidade de valores com que o fenômeno desportivo contemporâneo desponta em todas as nações, independente de ideologias e graus de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Para Melo Filho (2000), o desporto participa cada vez mais da vida do homem e do movimento da sociedade brasileira. Individualmente, o desporto é uma atividade predominantemente física, que se pratica isolada ou coletivamente e em cuja realização pode encontrar-se a auto-satisfação ou meio para alcançar outras aspirações. Socialmente, é responsável por uma influência e penetração nos mais diferentes níveis da pirâmide social, gerando não apenas conseqüências sociais, mas também políticas, econômicas e sociais. Educação Física e os Esportes adaptados às tradições e à comunidade local constituem instrumentos de expressão cultural, e quando entendidos por meio de jogos tradicionais representam um bem cultural. Pressuposto importante relacionado à cultura no que concerne ao seu papel de base para a educação, saúde e desenvolvimento comunitário. Na *praxis*, [Costa \(1991\)](#) informa que a cultura é o “pão do espírito”, completando a alimentação material nas condições mínimas para que as pessoas possam se desenvolver socialmente.

Acrescido a isso, deve-se entender que a educação especial não se resume em um conjunto de adaptações de estratégias e recursos pedagógicos, que atenda a um determinado aluno deficiente. Isso é percebido muitas vezes quando, em detrimento da garantia das ações pedagógicas que possibilitem a efetivação do ensino dos conteúdos curriculares, seus professores acabam, infelizmente, por proclamar a essencialidade de seu trabalho na adoção de técnicas e recursos pedagógicos especializados para garantir o atendimento educacional de seu alunado (GARGATI; COSTA, 2005), caracterizando a inclusão social.

A inclusão social se fundamenta em princípios éticos de reconhecer e respeitar o preceito de oportunidades iguais perante a diversidade humana, que exige peculiaridade de tratamentos, para não se transformar em desigualdade social.

Nas palavras de [Carvalho \(1998, p. 161\)](#),

a inclusão também é um processo, implicando em dinamismo, mudanças de atitudes e muitas reflexões em torno de sua operacionalização, na

escola e na sociedade...Um mundo inclusivo é um mundo para qual todos têm acesso às oportunidades de ser e estar na sociedade de forma participativa; onde a relação entre o acesso às oportunidades e as características individuais não são marcadas por interesses econômicos, ou pela caridade pública.

Note-se, que para alcançar a democracia, o princípio da igualdade deve prevalecer. O presente princípio não é dado, mas construído, resultando da organização humana para que se igualem as diferenças existentes entre membros da sociedade.

Em se tratando de sistemas que atendam a todos, nas diferentes áreas da ação pública, podemos afirmar que a busca por uma saudável qualidade de vida, enquanto seja esta qualidade a matriz de todos os direitos fundamentais do homem, é a própria razão de existência, também de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

A Constituição define o meio ecologicamente equilibrado como direito de todos e lhe dá natureza de bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo nas presentes e para futuras gerações. As normas constitucionais assumiram a consciência de que o direito à vida, como matriz de todos os demais direitos fundamentais do homem, há de orientar todas as formas de atuação no campo da tutela do meio ambiente. Assim, através dessa tutela, o que se protege é um valor maior: a qualidade da vida humana.

A saúde é concebida como um direito de todos e dever do Estado, que a deve garantir mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos. O direito à saúde rege-se pelos princípios da universalidade e da igualdade de acesso às ações e serviços que a promovam, protejam e recuperem.

Neste contexto, em julho de 2006, foram desenvolvidas em Jordão-AC, ações que se encontram estruturadas no Conjunto A (cidadania e bem-estar) nas localidades inseridas na Operação Amazônia 2006, no Estado do Amazonas.

Veamos o Conjunto A: **Cidadania**: Capacitar organizações da sociedade civil na defesa dos direitos de cidadania; Instalar ou dinamizar os conselhos municipais de educação, de saúde, tutelar, da criança e do meio ambiente; Instalar ou dinamizar os conselhos municipais de educação, de saúde, tutelar, da criança e do meio ambiente; Disseminar as orientações para obtenção do registro civil; Capacitar educadores do ensino fundamental sobre a prática da leitura, produção de textos e atendimento a portadores de necessidades educativas especiais; **Bem-estar**: Capacitar agentes de saúde da família, saúde ambiental e doenças endêmicas locais; Capacitar multiplicadores em saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, na prevenção da prostituição infantil e na prevenção do uso do álcool e drogas ilícitas; Capacitar multiplicadores em ações de incentivo ao esporte; Organizar a implantação de atividades comunitárias solidárias.

OBJETIVOS

Constatar, analisar, avaliar, desenvolver e executar ações que atendam às reais necessidades das localidades brasileiras inseridas na Operação Amazônia 2006, visando, também, a contribuir, integrar, consolidar e estimular o jovem universitário brasileiro, no sentido da responsabilidade social e coletiva, em prol da cidadania, do desenvolvimento da defesa dos interesses nacionais em parcerias com as comunidades assistidas.

METODOLOGIA

Para a realização da presente pesquisa articularam-se e integraram-se as abordagens quantitativas, qualitativas e pesquisa de levantamento. O método de pesquisa denominado qualitativo caracteriza-se pela tentativa de compreender um problema considerando sua complexidade, atentando-se para a interferência do contexto e de variáveis que possam auxiliar em seu entendimento, enfim, interpretar seu objeto de estudo, “cuidando para não deformá-lo ou reduzi-lo” (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 41).

Inicialmente, utilizaram-se questionários como técnica de coleta de dados visando a obter, constatar, analisar e avaliar as reais condições em que se encontram estruturadas as ações constantes do Conjunto A (cidadania e bem-estar) em Jordão-AC. Após interpretação dos dados, foram desenvolvidas ações, como: palestras, mesas-redondas, aulas práticas e oficinas, contextualizadas na realidade local.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Ao chegar a Jordão-AC, a equipe procurou os responsáveis pela Direção das Escolas Estadual e Municipal. Após as apresentações formais, foi oferecido auxílio à elaboração do projeto pedagógico das mesmas, de acordo com as necessidades apresentadas pelas Instituições.

Cabe destacar que a gestão do Sistema Municipal de Ensino e das Escolas é, essencialmente, administrar, em níveis diferentes, a elaboração e o acompanhamento do projeto de qualidade da educação que se deseja. Já a Proposta Educacional, fundamentada num paradigma de homem e sociedade, presente tanto no Plano Municipal de Educação, como no Projeto Pedagógico da escola, define a cidadania que se quer, estabelece a finalidade do sistema e caracteriza a especificidade da organização escolar.

Assim, o projeto pedagógico (produto específico que reflete a realidade da escola) é um documento que define as intenções da escola em realizar um trabalho de qualidade que se torna exequível através do Plano Escolar.

Verificou-se que as Escolas já estavam de posse de um modelo providenciado, segundo a sua Diretora, pela Secretaria de Educação do Estado do Acre. A maior dificuldade manifestada pela Diretora foi quanto à redação do Regimento Interno da Escola. Sendo assim, elaborou-se um modelo de Regimento, apresentado à Diretora, colocando-se à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que pudessem se fazer necessários.

Objetivando a fornecer subsídios para a melhoria do ensino e da aprendizagem das disciplinas de Ciências e Química, realizou-se uma reunião técnica com o Professor responsável pelas referidas disciplinas.

Em razão das disciplinas em questão serem essencialmente experimentais, constatou-se que o uso de fatos do cotidiano, visitas a instalações bem como a utilização de experimentos simples em sala de aula poderia auxiliar, em muito, na compreensão de certos conceitos, na motivação dos alunos e no entendimento de fenômenos que ocorrem no seu dia-a-dia. Pelo professor participante foi relatada a dificuldade de realizar experimentos em sala de aula e, ainda, a falta de laboratórios. Contudo, o mesmo comprometeu-se a tentar, de forma mais efetiva, implementar o processo de aprendizagem a partir de visitas e outras atividades.



Como forma de efetivar auxílio mais duradouro, através de uma colaboração mais concreta, propôs-se um intercâmbio e atualização de informações através da Internet, nos moldes de um protocolo adaptado de ensino a distância, sendo acordado que esta metodologia poderia ser efetivada desde que as instalações de Informática na Escola estivessem tecnicamente adequadas.

Quanto à atividade desenvolvida na Estação de Tratamento de Água (ETA) do município de Jordão, causou surpresa o fato de o Município possuir uma estação de tratamento de águas para servir à sua comunidade. Segundo informações obtidas no local, essa facilidade foi disponibilizada recentemente, acompanhada de um programa para construção de fossas sépticas (rudimentares) visto que não há esgoto na localidade. Segundo informações, grande parte dos moradores da área urbana desfrutam desse benefício.

Apesar do grande avanço que representa a ETA no município, constatou-se que vários aspectos precisavam ser aprimorados, para que a população fosse efetivamente servida com água de boa qualidade. No processo, verificou-se que a ETA realiza as etapas fundamentais para o tratamento da água captada de um igarapé, quais sejam, os processos de floculação (conseguido a partir de adição de sulfato de alumínio e posterior filtração) e cloração (conseguido a partir da adição de hipoclorito à água que é armazenada no reservatório de 150 mil litros, segundo informação obtida no local). Contudo, constatou-se que ambos os processos necessitavam de adequação técnica, visto que, da maneira como eram realizados, poderiam levar a um tratamento ineficaz. Assim dois aspectos principais devem ser salientados:

1. A adição de Sulfato de Alumínio para realização do processo de floculação deve ser realizada após verificar-se e, principalmente, ajustar-se o pH da água, do contrário não há a formação efetiva dos flocos (partículas de hidróxido de alumínio) que levará à retenção de partículas sólidas presentes na água.
2. A cloração é realizada a partir da adição de quantidade não dosada de hipoclorito que, por sua vez, é armazenado em um recipiente aberto e sujeito à ação da luz solar. Tal procedimento pode acarretar a desativação do hipoclorito quanto à sua ação bactericida e, conseqüentemente, à sua eficácia na eliminação de germes e bactérias presentes na água.

Outro aspecto a ser salientado é que, conforme relato da população local, a água apresentava "gosto", associado à adição de cloro. Evidentemente, uma análise adequada deve ser realizada para que essa situação seja esclarecida. No entanto, supõe-se que esse "gosto" poderia, eventualmente, ser oriundo do processo de oxidação da tubulação pela qual a água é transportada, pois, segundo informações colhidas no local, a tubulação utilizada, após a instalação, permaneceu inoperante por cinco anos, o que pode ter acarretado sua corrosão e, conseqüentemente, a lixiviação de íons metálicos pela água.

De início, causou surpresa, o fato de o Município possuir aterro sanitário. Realizou-se visita ao aterro sanitário após solicitação do Prefeito do Município, sendo que, após diligência, apurou-se que o local do aterro sanitário pode ser considerado adequado, visto ser apropriadamente distante da área urbana, bem como, de qualquer recurso natural de água. Na visita ao local, verificou-se que o mesmo havia sido solucionado e o lixo aterrado muito recentemente. Tal situação não permitiu que uma avaliação mais aprofundada fosse realizada.

De forma geral, considera-se muito importante que a administração local tenha tal preocupação. É evidente que uma forma mais avançada de processamento do lixo



produzido fica evidentemente comprometido pela falta de possibilidades de escoamento de produtos para centros mais desenvolvidos.

Focando a qualidade de vida, ministrou-se a Palestra intitulada “Atividade Física e Saúde”. Antes e ao final da palestra, com o auxílio dos rondonistas dos cursos de Educação Física, Odontologia (UNESP) e Enfermagem (UFAC) foram aferidas, além dos dados pessoais dos participantes, o peso, a altura e a pressão arterial (dos participantes). Um total de 210 (duzentas e dez) pessoas da comunidade de Jordão participaram atentamente da referida palestra, que foi assim estruturada: uma parte introdutória geral sobre o tema apresentado, seguida das explanações sobre pressão arterial, atividade física, os benefícios da prática de atividade física seguido de prescrição geral de atividade física (tipo, frequência, duração e intensidade), a educação postural e alongamentos. Numa segunda etapa, realizou-se a parte prática, com apresentação de exercícios físicos, que por todos poderiam ser executados. Por fim, foram realizadas avaliações físicas (peso, altura, IMC, FC repouso e PA repouso).

Durante o período de permanência na cidade, foram ministradas aulas de Educação Física, com duração de 50 minutos, para os alunos da Escola Estadual e Municipal. As atividades eram acompanhadas pelos professores do Município, que levavam os alunos até a Quadra Poliesportiva “Cícero de Paula Melo” e permaneciam no local até o término da atividade. Todas as turmas das escolas anteriormente mencionadas foram atendidas pelo projeto, aproximadamente, 700 crianças e jovens, da educação infantil ao ensino médio.

Os temas: os cuidados com o feto em gestação, a importância do pré-natal, os tipos de patologias na gravidez e exercícios para gestantes foram abordados durante a palestra “Qualidade de vida para mães gestantes”, cujo objetivo principal foi informar e alertar a comunidade sobre o tema proposto. Após a explanação teórica, as alunas do Curso de Licenciatura em Educação Física, da UNESP - Bauru, ministraram aulas práticas referente à Ginástica para Gestantes.

Concomitante às diversas atividades desenvolvidas, pelas acadêmicas do Curso de Enfermagem da UFAC, foram desenvolvidos trabalhos com as mulheres que se faziam presentes no Posto Municipal de Saúde “Antonio Rodrigues Dourado”, tendo como objetivo a transmissão de conhecimentos sobre a Saúde da Mulher, Planejamento Familiar, Dsts/Aids, Higiene Íntima e Auto-Exame da Mama, bem como, a conscientização sobre a importância da mulher em estar sempre se olhando com o objetivo de detectar precocemente qualquer sintoma patológico, como método de prevenção. Salientou-se a necessidade de sempre procurar um profissional ao observar qualquer alteração fisiológica ou anatômica, a fim de se obter um tratamento imediato. Buscou-se a transmissão da informação objetivando a autoconscientização pela busca constante de seu bem-estar físico e mental.

Em continuidade aos trabalhos, pelas alunas do curso de enfermagem, foram ministradas as palestras “Água, Malária e Hepatite A” e “Oficina Orientação: Procedimentos Básicos de Enfermagem”, seguido da Oficina “Reorganização Do Espaço Físico e Material do Hospital Municipal e da realização de um trabalho de reorganização do espaço, materiais e estocagem de medicamentos no Hospital do município. A necessidade do trabalho de reorganização foi constatado após visita “in loco” e a observação de possível comprometimento dos medicamentos e materiais estéreis. Diante da preocupação, questionaram-se os funcionários do Município sobre o controle de infecção hospitalar e sobre as medidas adotadas para evitar risco de contaminações. Após colocar em prática a reorganização, os funcionários foram orientados sobre



procedimentos preventivos, com a finalidade de reduzir os riscos de infecção hospitalar. As novas técnicas procedimentais quanto à reorganização do espaço, materiais e estocagem de medicamentos foram transmitidas e aceitas com êxito pelos funcionários.

Por fim, dando continuidade ao trabalho proposto, transmitiram-se orientações acerca dos procedimentos básicos de enfermagem a serem utilizados no Hospital Municipal, sendo que fizeram parte dos procedimentos básicos, orientações sobre curativos, administração de medicamentos conforme prescrição médica, vacinas, sondagem vesical e realização de medidas, planos, metas e diagnósticos conhecidos como processo de enfermagem a serem desenvolvidos. Estenderam-se aos pacientes presentes no referido hospital, orientações sobre os processos preventivos simples e algumas medidas imediatas que podem ser adotadas.

CONCLUSÕES

Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária constituem três funções básicas da Universidade. Deles, a extensão universitária é uma atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade. De outra parte, o Projeto Rondon caracteriza-se por ser o esforço concentrado do Governo e das Instituições de Ensino Superior, pela aliança entre os estudantes universitários e as comunidades e pela busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável e ampliem o bem-estar comunitário. Apresenta como *missão* a proposta de viabilizar a participação de estudantes universitários e professores no processo de transformação. A Universidade Estadual Paulista, por sua vez, por intermédio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), assegura essa via de mão dupla entre a comunidade acadêmica e a sociedade brasileira, estabelecendo uma troca de saberes sistematizados.

Nesse sentido, a Universidade ao comunicar-se com a realidade local, regional ou nacional, tem a possibilidade de renovar constantemente sua própria estrutura, seus currículos e suas ações, criativamente, conduzindo-os para o atendimento da verdadeira realidade do país.

Pensando a extensão universitária como uma forma de interação entre a universidade e a comunidade, representada pelos diversos setores da sociedade, esta relação funciona como uma via de duas mãos, em que a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela influxos positivos como retroalimentação, tais como suas reais necessidades, seus anseios, aspirações e também aprende com o saber dessas comunidades. Ocorre, na realidade, uma troca de conhecimentos, em que a universidade, além de levar conhecimento, identifica e assimila na própria comunidade as peculiaridades culturais a ela atinentes, o que engrandece a formação daqueles que tiveram a oportunidade de participar do projeto.

Nesse contexto, o Projeto Rondon, responsabilidade do Ministério da Defesa, que conta com a colaboração de diversos ministérios e o apoio das Forças Armadas e a UNESP, não medem esforços para assegurar a população brasileira o seu desenvolvimento e a melhoria da condição de vida das cidades inseridas nas diversas Operações Rondon.

Cabe ressaltar, que foram desenvolvidas ações (palestras, oficinas, cursos, mini-cursos, aulas práticas) nas seguintes áreas: **Educação** (Auxílio à elaboração do projeto pedagógico, Auxílio aos professores de Nível Médio e Fundamental nas disciplinas de Ciências e Química, Aulas de Educação Física, Importância da Ed. Física Escolar); **Meio**



Ambiente (Estação de Tratamento de Água e Aterro Sanitário); **Saúde:** (1- Educação Física: Qualidade de Vida para Mães Gestantes e Ginástica para Gestantes; 2 – Enfermagem: Saúde da Mulher, Planejamento Familiar DST's/AIDS, Higiene Íntima e Auto-exame da Mama, Água, malária e hepatite-A, Reorganização do Espaço Físico e Material do Hospital Municipal de Jordão e Procedimentos Básicos de Enfermagem) e; **Odontologia:** Cuidados básicos e motivação de mães e gestantes para higiene oral em bebês e crianças, Noções básicas de higienização oral, gengivite e periodontite, (direcionada para adultos e incentivo ao auto-exame visando à prevenção do câncer bucal), Atividades de motivação nas escolas (visando à prevenção de cárie dental, gengivite e doença periodontal).

Essas ações atingiram um total de 926 pessoas da comunidade de Jordão-AC e, desse total, foram capacitados como multiplicadores um total aproximado de 55 pessoas.

Nesse contexto, conclui-se que as ações realizadas na cidade de Jordão no Estado de Acre, no ano de 2006, propiciou, aos alunos participantes a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos na Universidade e, como consequência, levar desenvolvimento para as comunidades carentes, aprendendo, por outro lado, a lidar com as adversidades que emanam da realidade local, possibilitando a adequação teoria-prática.

Por fim, é imperioso destacar que, no caso específico, as ações propostas com base no Conjunto A, referentes à cidadania e ao bem-estar, desenvolvidas em Jordão-AC, lograram bom êxito, haja vista a importância e relevância dos assuntos abordados, a participação da comunidade local e o número expressivo de multiplicadores que se capacitaram durante a intervenção, não se esquecendo, sob outro prisma, a importância da participação dos alunos da Universidade, que a partir da realidade local, adquiriram experiência prática, fato que contribui, em muito, para a formação integral de cada um.

REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível on line https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm acesso em novembro 2008.

BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. In: _____. **Gestão da educação:** impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001. p. 158-160.

CARVALHO, Rosita Edler. Enfoque: sistema da educação especial. In: NOVAES M. H. **Educação especial:** atuais desafios. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980 p. 15-22.

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em educação especial.** Rio de Janeiro: WVA, 1998.

COSTA, L. Educação Física e esportes não formais. Ao Livro Técnico, Rio de Janeiro, 1991.

FERREIRA, N. C.; AGUIAR, M. A. (Org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.



[GARGATI, M. G.; COSTA, R. F.](#) **Atividade física adaptada**: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. São Paulo: Manole, 2005.

[LAVILLE, C.; DIONE, J. A.](#) **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

[MELLO FILHO, A.](#) **Alcance a aplicabilidade do direito desportivo**: direito desportivo. AIDAR, Carlos Miguel Castex (Coord.). São Paulo: Ed. Jurídica Mizuno, 2000.

[SAVIANI](#), Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991.